

A Condição de Acesso Epistêmico Razoável (CAER) implica em ceticismo indutivo? Uma reinterpretação do CAER em termos probabilísticos

Does the Condition of Reasonable Epistemic Access (CORNEA) imply inductive skepticism? A reinterpretation of CORNEA in probabilistic terms

Gabriel Reis de Oliveira

Mestrando em Filosofia pela UFRJ
Bolsista CAPES e John Templeton Foundation
reisgabri@gmail.com

Resumo: A resposta de Stephen Wykstra às variedades de formas do problema probatório do mal contra a existência de Deus toma como peça central um princípio epistemológico denominado de Condição de Acesso Epistêmico Razoável (daqui em diante, CAER). Aplicando esse princípio epistemológico ao problema probatório do mal tal como formulado por William Rowe, uma pessoa tem o direito de alegar que a sua ignorância acerca dos bens provenientes dos males horrendos permitidos por Deus constitui uma forte evidência contra a existência de Deus apenas se for razoável que a pessoa acredite que se Deus existisse, a sua condição epistêmica seria discernivelmente diferente. Infelizmente, como Justin P. McBrayer apontou, parece haver contraexemplos para o CAER. Neste artigo, argumentarei que uma recente reformulação do CAER realizada por Stephen Wykstra e Timothy Perrine (2012) em termos de probabilidades condicionais nos fornece um aparato formal que nos permite ver exatamente onde a objeção do ceticismo indutivo falha. Concluirei argumentando que, dado o Teorema de Bayes e algumas distinções, a objeção do ceticismo indutivo não representa nenhuma ameaça ao CAER.

Palavras-chave: Mal; Evidência; CAER; Indução.

Abstract: *Stephen Wykstra's response to the variety of forms of the evidential problem of evil against the existence of God takes as its centerpiece an epistemological principle called the Condition of Reasonable Epistemic Access (hereafter, CORNEA). Applying this epistemological principle to the probative problem of evil as formulated by William Rowe, a person has the right to claim that his ignorance of the goods arising from the horrible evils permitted by God constitutes strong evidence against the existence of God only if it is reasonable that the person believes that if God existed, his epistemic condition would be discernibly different. Unfortunately, as Justin P. McBrayer pointed out, there seem to*

be counterexamples for CORNEA. In this article, I will argue that a recent reformulation of CORNEA by Stephen Wykstra and Timothy Perrine (2012) in terms of conditional probabilities provides us with a formal apparatus that allows us to see exactly where the inductive skepticism objection fails. I will conclude by arguing that, given Bayes' Theorem and some distinctions, the inductive skepticism objection poses no threat to CORNEA..

Keywords: *Evil; Evidence; CORNEA; Induction.*

INTRODUÇÃO

Os proponentes do argumento probatório do mal afirmam que certos fatos relativos ao mal nos fornecem evidências poderosas de que não existe um ser onipotente, onisciente e sumamente bom. O problema probatório tem sido influentemente defendido por William Rowe (1996). O argumento de Rowe se concentra em um tipo particular de mal em nosso mundo, os tipos de males paradigmáticos que fornecem evidência contra a crença racional em Deus. Ele pensa que o mal pode ser justificável se levar a algum bem maior, um bem que não se pode alcançar sem esse mal. O seu ponto no argumento é que existem males injustificáveis que são evidências contra a existência de Deus. Portanto, a ideia é que mesmo que possamos justificar a existência de alguns males pelo bem que possibilitam, há males que não parecem ter tal justificação, ou seja, males gratuitos.

Rowe (1996) faz uso de dois relatos de casos de mal citados nos argumentos anteriores. São eles: o sofrimento de um cervo morrendo em agonia como vítima de um incêndio florestal que sofre queimaduras horríveis, agonizando terrivelmente por vários dias antes que a morte alivie o seu sofrimento (chamaremos este caso de M1) e o sofrimento de uma garotinha em Flint, Michigan, que foi severamente espancada, estuprada e depois estrangulada no início do ano novo de 1986 (chamaremos este caso de M2) conforme relatado na *Detroit Free Press* de 3 de janeiro de 1986. A partir desses dois relatos, Rowe estabelece a hipótese de que:

H: Nenhum bom estado de coisas que conhecemos é tal que justifique moralmente um ser onipotente e onisciente em obtê-lo permitindo M1 ou M2. (ROWE, 1996, p. 263, todas as traduções são minhas)

Em outras palavras, entre os bons estados de coisas que conhecemos nenhum é tal que justifique Deus permitir M1 e M2.

Se nenhum bem que conhecemos justifica Deus em permitir M1 e M2, a premissa *H* é verdadeira. E se *H* é verdadeira, Rowe tenta inferir a partir de *H* que:

~G: Não há um ser onipotente, onisciente e sumamente bom. (ROWE, 1996, p. 263)

De acordo com a Condição de Acesso Epistêmico Razoável que chamaremos de CAER (CORNEA, no original), o fato de que não conhecemos um bem que justifica a permissão de Deus de determinados males não fornece nenhuma razão para pensar que realmente não existe um bem que justifica os males e, por inferência, que Deus não existe (uma vez que se Deus existe, existem bens que justificam os males). É claro, se não tivermos uma razão para pensar que existem males gratuitos, o argumento do

mal de Rowe é malsucedido. Mas caso o CAER seja falso, teremos uma razão para pensar que existem males gratuitos, nomeadamente, de que não vemos bens que justificam os males, e o argumento de Rowe contabiliza contra a racionalidade da crença em Deus.

1. A CRÍTICA DE JUSTIN P. MCBRAYER AO CAER

Justin P. McBrayer (2009) no artigo "CORNEA AND INDUCTIVE EVIDENCE" apresenta uma poderosa objeção contra o CAER. Sua objeção baseia-se na acusação de que CAER implica no ceticismo indutivo. McBrayer observa a semelhança que CAER possui com a condição de sensibilidade de Fred Dretske (1970) e defende que CAER é uma condição de sensibilidade sobre o que conta como evidências, e que as evidências indutivas, muitas vezes, não são sensíveis da maneira exigida pela condição de sensibilidade. McBrayer oferece vários exemplos em que CAER tem consequências céticas em grande parte de nossas crenças indutivas. Assim, se CAER é verdadeiro, não temos evidências para muitas de nossas crenças indutivas. Portanto, o proponente do CAER enfrenta o dilema de se tornar um cético indutivo ou abandonar uma resposta ao argumento probatório do mal. Passemos, primeiramente, à sua demonstração de que CAER é uma condição de sensibilidade às evidências.

1.1. O CAER como uma Condição de Sensibilidade às Evidências.

O CAER assegura que: (CAER) Com base na situação cognitiva *S*, uma pessoa *P* está autorizada a afirmar que *H* somente se for razoável para *P* acreditar que, dadas as suas faculdades cognitivas e o uso que faz delas, se *H* não fosse o caso, *S* seria provavelmente diferente do que é em alguma medida discernível para *P*.

McBrayer (2009) faz três qualificações para demonstrar que CAER é uma condição de sensibilidade sobre o que conta como evidências. Primeiro, "situação cognitiva" é qualquer coisa que possa servir como evidência (por exemplo, uma experiência perceptiva, uma crença, um estado aparente etc.)" (MCBRAYER, 2009, p. 80). Segundo, *H* é a crença que pode ser confirmada por qualquer "situação cognitiva", na qual "situação cognitiva" indica que algo constitui uma evidência *prima facie* para a crença de que *H*. Nesse sentido, CAER é uma condição sobre quando alguma "situação cognitiva" conta como evidência. Ele cita Wykstra para apoiar essa ideia quando diz que "a ideia principal por trás do CAER é um teste proposto para saber se alguma suposta evidência *E* 'apoia fortemente' alguma hipótese *H*" (WYKSTRA, 2007, p. 88). Terceiro, a cláusula condicional subjuntiva do CAER: "se *H* não fosse o caso, *S* seria provavelmente diferente do que é em alguma medida discernível para mim" deve ser entendida como afirmando que a "situação cognitiva *S*" é evidência para *H* somente se for razoável eu acreditar que um determinado contrafactual é verdadeiro: se não fosse o caso que *H*, minha situação cognitiva *S* provavelmente seria diferente do que é. McBrayer esboça essa condição da seguinte maneira:

A situação cognitiva *S* de uma pessoa *P* é evidência para *H* somente se for razoável que *P* acredite que $[\sim H \square \rightarrow^1 S \text{ é discernivelmente diferente}]$. (McBrayer,

1 Este simbolismo representa a implicação contrafactual.

Por outras palavras, deve ser razoável que o sujeito acredite que a sua situação cognitiva é uma evidência de H somente se a sua evidência é perceptivelmente diferente caso H seja falsa. Se esse não for o caso, a situação cognitiva não será evidência para H. Para exemplificarmos, pense na minha crença de que o céu é azul. Acredito nisso porque, ao olhar para o céu, vejo que ele é azul. A minha situação cognitiva ao ver o céu azul dá suporte a minha crença de que o céu é azul porque é razoável acreditar que, se o céu não fosse azul, minha situação cognitiva de ver o céu azul seria perceptivelmente diferente. Minha evidência conta a favor da minha crença porque satisfaz a exigência de CAER.

1.2. A Objeção do Ceticismo Indutivo

McBrayer enxerga semelhança do CAER com a condição de sensibilidade de Dretske (1970). E de acordo com o autor, os mesmos problemas que afetam a condição de sensibilidade de Dretske também afetam o CAER. De acordo com Dretske, uma evidência E conta a favor da hipótese H somente se caso H não fosse verdadeira, não haveria a evidência E. Para McBrayer, o CAER implica, da mesma forma, que a nossa situação cognitiva é evidência para H apenas se for razoável acreditarmos que, se H não fosse verdadeira, poderíamos perceber isso de alguma forma. McBrayer se concentra nos casos de evidências indutivas que não são sensíveis da maneira exigida por CAER.

Ele cita três casos diferentes de evidências indutivas que apresentam problemas ao CAER com a seguinte semelhança: o sujeito possui claramente evidências indutivas sólidas, mas falha no teste contrafactual. Uma vez que cada exemplo tem a mesma estrutura básica, será suficiente examinarmos apenas um dos três casos. Considere o seguinte caso proposto por McBrayer:

Embora possua um bilhete, acredito que vou perder na loteria. Eu tenho evidências indutivas para esta afirmação. Eu sei que as chances de ganhar são de um em um milhão. Minha evidência é sensível ao fato de eu perder a loteria? Não. Vá para o mundo mais próximo em que eu ganho. Eu tenho sorte e puxo o bilhete certo. É razoável para mim acreditar que minha situação cognitiva no mundo real seria discernivelmente diferente da minha situação cognitiva no mundo possível em que eu ganho? Não – as coisas pareceriam iguais para mim. Portanto, de acordo com o CAER, minha situação cognitiva neste caso não é evidência da alegação de que vou perder na loteria. (MCBRAYER, 2009, p. 83)

Suponha que eu tenho um bilhete de loteria e eu acredito que vou perder na loteria. Essa crença está fundamentada nas seguintes evidências indutivas: eu tenho apenas um bilhete e existem um milhão de bilhetes a serem sorteados, de modo que as chances de eu ganhar são uma em um milhão. Certamente, eu tenho evidências indutivas bastante fortes de que perderei na loteria. No entanto, o contrafactual relevante do CAER é falso: não é o caso que, se eu ganhasse na loteria, a minha situação epistêmica seria diferente da atual. Provavelmente, os mundos mais próximos nos quais eu ganho na loteria são mundos em que o meu bilhete é sorteado dentre um milhão de bilhetes. E em nenhum desses casos a minha situação cognitiva – ou seja, a evidência que eu tenho da minha crença – seria diferente do que é agora. Na verdade,

a minha situação cognitiva é a mesma para mim nos mundos mais próximos em que ganho na loteria. Portanto, a minha crença falha em satisfazer CAER, mesmo que eu tenha evidências indutivas muito sólidas. Logo, para usar o termo “parecer” do CAER original, não tenho o direito de afirmar que me parece que vou perder na loteria, mesmo que, intuitivamente, tenha o direito de reivindicar que me parece que vou perder na loteria em virtude das minhas evidências indutivas.

Devemos concluir que CAER é falso, a menos que sejamos céticos quanto à justificação indutiva. Uma vez admitido que CAER é falso, podemos afirmar que ter boas evidências indutivas para H é consistente com o fato de que se H fosse falsa, a evidência, que é a situação cognitiva de alguém, seria exatamente a mesma.

Alguém poderia objetar, como McBrayer observa, que em formulações mais recentes, Wykstra não entende mais CAER como uma condição sobre as evidências *simpliciter*, mas sim às evidências “alavancadoras” (*levering evidence*). Evidências são alavancadoras quando são suficientes para que alguém revise a sua crença a partir do que seria na ausência da evidência. Ou para usar a terminologia do Wykstra (2007), o CAER é uma condição apenas no suporte dinâmico e não no suporte estático, de modo que a evidência alavancadora é uma condição no suporte dinâmico. Por exemplo, se as evidências são suficientes de modo a justificar a mudança da minha crença de H para $\sim H$ ou de $\sim H$ para H, isso é uma evidência alavancadora. Neste caso, não é verdade que CAER implique que eu não tenha evidência para acreditar que eu perderei na loteria, mas apenas que eu não tenho evidência alavancadora de que vou perder na loteria.

McBrayer reestrutura o exemplo da loteria para demonstrar que a crítica permanece. Imagine que eu recebo um bilhete de loteria e ignoro quantos bilhetes são vendidos. Pode ser que eu tenha o único bilhete, ou haja um milhão de outros. E para ser racional, assumo agnosticismo sobre se vou ganhar na loteria. Até que mais tarde, descubro que existem um milhão de outros bilhetes. Com base nessa descoberta, não acredito que ganharei na loteria. A minha situação cognitiva (a evidência da descoberta) me moveu do agnosticismo sobre ser o vencedor da loteria para a crença de que perderei na loteria. Portanto, para usar a terminologia de McBrayer, a minha situação cognitiva é uma evidência alavancadora. De qualquer forma, a minha crença ainda não satisfaz o condicional subjuntivo do CAER, já que a minha situação cognitiva seria exatamente a mesma no mundo mais próximo em que ganho na loteria. Logo, por CAER, não posso afirmar que me parece que vou perder na loteria, mesmo que eu tenha o direito de afirmar que vou perder na loteria a partir da evidência alavancadora que me move da não-crença para a crença.

Devemos concluir, novamente, que CAER é falsa, a menos que sejamos céticos quanto às evidências indutivas que são evidências alavancadoras. Uma vez admitido que CAER é falso, podemos afirmar que ter boas evidências alavancadoras para H é consistente com o fato de que se H fosse falsa, a situação cognitiva de alguém seria exatamente a mesma.

2. A RESPOSTA DE STEPHEN J. WYKSTRA E TIMOTHY PERRINE A MCBRAYER

Stephen J. Wykstra e Timothy Perrine (2012) procuram responder a objeção de McBrayer em 4 passos: (i) elucidam o CAER e um princípio distinto que chamaram

de “CORE”; (ii) fornecem uma interpretação probabilística a ambos os princípios; (iii) argumentam que o Teorema de Bayes implica uma condição sobre evidências semelhante ao CORE probabilístico (e CAER probabilístico); e, por fim, (iv) mostram como os contraexemplos de McBrayer ao CAER e CORE probabilísticos falham.

Passemos à primeira parte na tentativa dos autores de responderem à objeção de McBrayer.

2.1. A Elucidação do CAER Externalista e do CORE Internalista

Wykstra e Perrine (2012) começam esclarecendo o CAER e o que o distingue de um princípio subjacente que denominam de “CORE”. Eles dirão que o CAER é fortemente internalista e CORE é fortemente externalista.

O princípio CAER, correspondente à segunda versão do argumento de Rowe com o acréscimo de evidências alavancadoras, assegura que

(CAER) Para a pessoa P na situação cognitiva S, P tem direito de alegar que a nova evidência E é uma evidência alavancadora (isto é, uma forte evidência) para H somente se for razoável que P acredite que se H fosse falso, E provavelmente seria diferente na situação S. (WYKSTRA e PERRINE, 2012, p. 380)

E o princípio subjacente ao CAER denominado CORE afirma que:

(CORE) Na situação cognitiva S, que fornece novas informações E, E é uma evidência alavancadora [uma evidência forte] para a hipótese H somente se for verdade que se H fosse falso, E provavelmente seria diferente. (WYKSTRA e PERRINE, 2012, p. 377)

Assim, o CAER “expressa uma condição internalista sobre quando alguém tem o direito de considerar [um dado] E como forte evidência para [uma hipótese] H”, dizem Wykstra e Perrine (2012, p. 377), ao passo que o CORE está preocupado em expressar “uma condição externalista sobre quando E realmente é uma forte evidência para H”. Para desenvolver isso, os autores falam o que vem a seguir.

Primeiro, esclarecem o termo “evidências alavancadoras”. Wykstra e Perrine (2012, p. 380) listam três condições necessárias para que algo conte como evidência alavancadora. A primeira é que a evidência alavancadora deve ser – usando a terminologia da seção anterior – “dinâmica”, ao invés de “estática”. E é uma evidência dinâmica para H apenas no caso de $\Pr(H/E) > \Pr(H)$, ou seja, quando E dá um incremento adicional ou aumento de probabilidade a H. De maneira que para E ser uma evidência alavancadora, tem que ser uma informação que, ao ser obtida, altere a probabilidade da hipótese H em relação ao que era anteriormente à obtenção de E.

A segunda condição necessária para ser uma evidência alavancadora é que tal “evidência a favor ou contra uma hipótese [...] [deve ser] suficientemente forte para mudar a credibilidade racional de uma hipótese de um estado quadrado para outro” (WYKSTRA e PERRINE, 2012, p. 381). Os estados quadrados (*squares states*) são atitudes doxásticas: crença, não-crença e descrença. A crença quadrada corresponde a dar a uma proposição uma probabilidade de 0,99 ou superior, a não-crença quadrada a probabilidade de cerca de 0,5 e a descrença quadrada a probabilidade de 0,01 ou inferior.

Terceiro, a noção de evidência alavancadora é *prima facie*, isto é, ela quer determinar o peso de algumas evidências em particular, ao invés de todas as evidências a favor e contra uma hipótese, partindo, assim, de uma posição neutra ou agnóstica acerca da hipótese. Em outras palavras, Wykstra e Perrine nos pedem para colocar cada hipótese em questão na mesma posição de não-crença quadrada, isto é, $Pr(H) = 0,5$ e $Pr(\sim H) = 0,5$. E depois ver se o acréscimo de evidência nas hipóteses em questão leva a 0,99 ou 0,01. Se isso acontecer, é uma evidência alavancadora; se não, não é. Portanto, a ideia por trás da evidência alavancadora é bem simples e inteligível. Evidência alavancadora é apenas outra maneira de falar de uma evidência bastante forte.

Para desenvolver a sugestão que está por trás do CAER internalista um CORE externalista, depois de esclarecido o que é “evidência alavancadora”, os autores passam a distinguir CORE do que chamaram de “McCAER” proposto por McBrayer. Como vimos, a formulação é: (McCAER) A situação cognitiva S de uma pessoa P é evidência para H somente se for razoável que P acredite que $[\sim H \square \rightarrow s$ é discernivelmente diferente].

Wykstra e Perrine relembram que McBrayer apoia essa versão do CAER citando Wykstra quando afirma que “a ideia-chave por trás do CAER é um teste proposto para saber se alguma suposta evidência ‘apoia’ fortemente... alguma hipótese H” (WYKSTRA, 2007, p. 88).

Os autores dizem que McCAER comete três confusões. Primeiro, eles dizem que McCAER se refere a uma condição de evidências *simpliciter*, mas a ideia-chave por trás do CAER, quando bem entendido, se refere a uma condição de evidências que apoia fortemente uma evidência no sentido de evidência alavancadora conforme definida. Em segundo lugar, Wykstra, ao contrário de McBrayer, não visa formular CAER quando diz que o “CAER é um teste proposto para saber se alguma suposta evidência ‘apoia’ fortemente... alguma hipótese H”, mas apenas articular a ideia-chave por trás do CAER. Enquanto CAER diz respeito à quando a informação pode ser razoavelmente considerada como evidência alavancadora, a ideia-chave é uma condição sobre quando alguma informação é uma evidência alavancadora. Terceiro, a condição de McCAER é internalista, pois exige que seja razoável que uma pessoa acredite que se H fosse falsa (ou não fosse o caso), E seria provavelmente diferente. Enquanto que Wykstra sugere que a condição é externalista: é verdadeiro que se H fosse falso (ou não fosse o caso), E seria provavelmente diferente.

“A ideia-chave que McBrayer se apropria imperfeitamente, então, é a seguinte”, colocam Wykstra e Perrine:

que “por trás” do CAER internalista está um princípio externalista mais profundo, que confere plausibilidade e apoio ao CAER. E, assim como CAER é duplamente internalista, esse princípio mais profundo é duplamente externalista. É externalista, primeiro, no fato de ser uma condição – ou seja, quando algo é evidência do tipo de “apoio forte” (isto é, alavancador). É externalista, segundo, sobre o que consiste nessa condição – ou seja, que seja verdade que, se H fosse falso, E provavelmente seria diferente. O princípio mais profundo do CORE, colocado lado a lado com CAER, é o seguinte:

CAER	CORE
Para a pessoa P na situação cognitiva S, P tem direito de alegar que a nova evidência E é uma evidência alavancadora para H somente se for razoável que P acredite que se H fosse falso, E provavelmente seria diferente na situação.	Na situação cognitiva S, que fornece novas informações E, E é uma evidência alavancadora para a hipótese H somente se for verdade que se H fosse falso, E provavelmente seria diferente.
(WYKSTRA e PERRINE, 2012, pp. 383-384)	

Após esse esclarecimento dos princípios CAER, CORE e McCAER, Wykstra e Perrine oferecem uma interpretação probabilística de CAER e CORE que se distancia ainda mais da formulação proposta por McBrayer, de modo a resistir às suas objeções. E esta é a segunda parte da resposta deles ao McBrayer.

2.2. Interpretação Probabilística de CAER e CORE

Apesar dos princípios serem distintos, ambos possuem uma condicional que chamarei de “*crucial*”, e os autores chamam de “*crux*”: (*crucial*) Se H fosse falso, E seria provavelmente diferente.

Agora os autores pensam que precisamos esclarecer como interpretar essa proposição condicional no modo subjuntivo que chamamos de *crucial* e que está contida tanto no CAER quanto no CORE. Como Wykstra e Perrine (2012, p. 337) observam, McBrayer entendeu a cláusula subjuntiva *crucial* como expressão de uma condicional contrafactual, que deve ser entendida de acordo com a semântica de mundos possíveis de Robert Stalnaker e David Lewis. Mas, eles dizem, não devemos necessariamente entender subjuntivos gramaticais como expressando subjuntivos contrafactuais, pois como Stalnaker nota, às vezes eles expressam subjuntivos não contrafactuais. Wykstra e Perrine (2012, p. 384) citam o exemplo que o próprio Stalnaker oferece e que se assemelha com os exemplos do CAER. Ele diz:

Se o mordomo o tivesse feito, teríamos encontrado justamente [ou seja, exatamente] as evidências que encontramos. (STALNAKER, 1975, p. 146)

Por questões de objetivo, não iremos expor o argumento completo de Stalnaker. Apenas com esse exemplo, temos dois apontamentos importantes. Primeiro, suponha que um detetive proferiu essa frase. A frase proferida pelo detetive não possui um antecedente que é contrário aos fatos, ao passo que contrafactuais são condicionais subjuntivos com antecedentes falsos. Segundo, se um detetive profere essa frase para afirmar que as evidências confirmam o que o mordomo fez, ela não deve ser avaliada usando uma semântica de mundos possíveis mais próximos, mas como expressando as implicações das evidências a favor de uma determinada hipótese. No caso do mordomo, dizem os autores (WYKSTRA e PERRINE, 2012, p. 385), “a probabilidade de encontrar exatamente as evidências encontradas, condicional à hipótese de que o mordomo o fez (e outras informações de base), é alta”. Como Wykstra e Perrine argumentam, portanto, condicionais subjuntivos, no contexto de teste de hipótese, às vezes são mais bem entendidos como falando acerca dos resultados das evidências sobre as hipóteses em

relação a probabilidades condicionais, em vez de condicionais contrafactuais que estão em conformidade com a semântica de Lewis-Stalnaker. Eles concluem sugerindo uma leitura alternativa de *crucial* formulada em termos de probabilidades condicionais.

Entendendo *crucial* dessa maneira, “Se H fosse falso, E seria provavelmente diferente” significa que a probabilidade condicional de E, dada a falsidade de H é baixa – os autores dizem que pelo menos abaixo de 0,5. Portanto, *crucial* diz que $\Pr(E | \sim H) < 0,5$.

Uma vez esclarecidos CAER e CORE, os autores passam a considerar o caso da loteria proposto por McBrayer. Antes de passarmos ao argumento de que o Teorema de Bayes implica no CORE probabilístico, devemos dar atenção à reformulação deste caso e na sua aplicabilidade ao CORE probabilístico.

2.3. O Caso da Loteria Considerado e Melhorado

O caso reformulado e que considera um cenário em que as evidências são evidências alavancadoras é essencialmente o seguinte: Imagine que eu receba um bilhete de loteria e ignoro quantos bilhetes são vendidos. Pode ser que eu tenha o único bilhete da loteria, ou haja um milhão de outros. E para ser racional, assumo agnosticismo sobre se vou ganhar na loteria. Até que mais tarde, descubro que existem um milhão de outros bilhetes. Com base nessa descoberta, acredito que perderei na loteria. A minha situação cognitiva, isto é, a evidência da descoberta, me moveu do agnosticismo sobre se vou ser o vencedor da loteria para a crença de que perderei na loteria. Portanto, na terminologia de McBrayer, a minha situação cognitiva é uma evidência alavancadora.

Os autores pensam que o exemplo de McBrayer “não fornece detalhes suficientes para especificar uma informação cognitiva específica que está causando esse movimento” (WYKSTRA e PERRINE, 2012, p. 388). Pois a conclusão de que as minhas chances de vitória são de uma em um milhão com base na informação que eu tenho sobre a quantidade de bilhetes depende de muitas outras considerações que fazem parte das minhas informações de base, como que os bilhetes são distribuídos justamente. Eles tentam melhorar o cenário para que fique claro que uma nova situação de informação cognitiva, quando adicionada a outras informações de base já existentes, aumentará a probabilidade de que as minhas chances de vitória são de uma em um milhão. Portanto, para evitar mal-entendidos, suponha que o meu conhecimento de base k implica que o bilhete vem de uma loteria justa com exatamente um bilhete vencedor.

Wykstra e Perrine ainda afirmam que o cenário da loteria ainda não está completamente melhorado para que a minha situação cognitiva altere o meu estado doxástico de agnosticismo para a crença de que vou perder na loteria. Eu não sei quantos bilhetes são vendidos, como dito, pode ser que eu tenha o único bilhete, ou haja um milhão de outros. É possível entendermos que a loteria pode ter vendido um bilhete, ou dois bilhetes, ou cem bilhetes, ou quinhentos mil bilhetes. O problema em entender assim é que eu não estaria em um estado inicial de agnosticismo sobre minhas chances na loteria. Como tínhamos dito, temos a posição de agnosticismo (não-crença quadrada) sobre uma hipótese H quando assumimos que $\Pr(H) = 0,5$ e $\Pr(\sim H) = 0,5$. Mas de acordo com esse entendimento das múltiplas possibilidades de números de bilhetes que poderiam ser vendidos, é igualmente provável que meu bilhete seja de uma loteria de um, dois, cem ou quinhentos mil bilhetes. De modo que, dizem os

autores, “a probabilidade de ter um bilhete vencedor não chega nem perto de 0,5: em vez disso, é algo como 1 em 70.000, tornando a probabilidade de ter um bilhete perdedor algo como 69.999 em 70.000 ou 0,999986” (WYKSTRA e PERRINE, 2012, p. 390). E a minha nova evidência, de que tenho um bilhete de um milhão vendidos, não é uma evidência alavancadora, uma vez que não me passa de um estado doxástico de 0,5 para 0,99 ou superior, mas me leva de um estado doxástico 0.999986 para .999999 (WYKSTRA e PERRINE, 2012, p. 390).

Os autores afirmam que devemos entender que a minha situação inicial é aquela em que as duas possibilidades mencionadas por McBrayer (ou seja, “talvez eu tenha o único bilhete ou talvez haja um milhão de outros”) não sejam ilustrativas, mas exaustivas. Eles oferecem um novo cenário da loteria aprimorado que pode ser dito da seguinte maneira: Suponha que, além do meu conhecimento de base que implica que o bilhete vem de uma loteria justa com exatamente um bilhete vencedor, existe 0,5 de probabilidade inicial de que a loteria da qual vem o bilhete tenha apenas um único bilhete e também uma probabilidade de 0,5 de que seja um bilhete proveniente de uma loteria que vendeu um milhão de bilhetes. Pelo que eu tenho a crença suspensa sobre as minhas chances de ganhar na loteria ou não. Neste caso, pode-se pensar que eu comprei dois bilhetes, um para um sorteio de um bilhete na Igreja Presbiteriana e o outro de um sorteio católico de um milhão de bilhetes. Eu guardei os bilhetes em minha sala de estar, e numa das visitas dos irmãos da igreja na minha casa, o irmão cleptomaniaco Filipe entrou na sala e roubou um deles. Conhecendo o transtorno obsessivo-compulsivo de Filipe, sei que Filipe roubou um bilhete, mas não sei qual deles. O meu estado inicial acerca das chances de eu possuir o bilhete da Igreja Presbiteriana tem a probabilidade de 0,5, bem como de eu possuir o bilhete católico tem a probabilidade de 0,5. Assim, as minhas crenças sobre se eu tenho o bilhete vencedor ou perdedor estão suspensas.

Suponha também que o irmão Filipe se arrepende e confessa que roubou o bilhete, que era o presbiteriano e que o perdeu. Neste caso, eu recebo o testemunho de uma fonte extremamente confiável de que o bilhete que eu possuo é um bilhete perdedor, já que é o bilhete católico. A confissão de Filipe, portanto, é uma evidência alavancadora, já que me leva do estado doxástico de agnosticismo para a crença de que eu perderei.

A questão que permanece é se essa nova informação cognitiva que é uma evidência alavancadora satisfaz CAER ou CORE. Adotando a leitura contrafactual de *crucial*, essa nova informação cognitiva não satisfaz os requisitos de CAER ou CORE, pois no mundo possível mais próximo, onde eu tenho o bilhete premiado, minha nova evidência indutiva (a confissão do irmão Filipe de que roubou o bilhete presbiteriano e que eu tenho o bilhete católico) é exatamente a mesma. Uma vez que o CAER ou CORE, pelo *crucial*, exigem que se eu ganhasse na loteria, a minha nova informação cognitiva provavelmente seria diferente, a minha evidência indutiva falha em cumprir a exigência. Portanto, uma vez que neste cenário da loteria eu tenho uma evidência alavancadora para afirmar que eu perderei, e que a minha evidência não me fornece esse direito porque é reprovada nos testes de CAER ou CORE na suposição de que ambos são verdadeiros, eu devo ou admitir o ceticismo indutivo ou a falsidade de CAER e de CORE.

2.4. O *Crucial* Probabilístico e o Teorema de Bayes Aplicados ao Cenário da Loteria

Por enquanto, o *crucial* pertencente ao CAER e CORE tem duas interpretações: como condicional subjuntivo ou probabilidade condicional. Seguindo o exemplo de Wykstra e Perrine (2012, p. 392), podemos colocar essas duas interpretações de CORE lado a lado:

(CORE) Na situação cognitiva *S*, que fornece novas informações *E*, *E* é uma evidência alavancadora para a hipótese *H* somente se for verdade que: (*crucial*) se *H* fosse falso, *E* provavelmente seria diferente.

(C-CORE) Na situação cognitiva *S*, que fornece novas informações *E*, *E* é uma evidência alavancadora para *H* somente se for verdade que: (*c-crucial*) no(s) mundo(s) possível(s) mais próximo(s) em que $\sim H$ é verdadeiro, E [provavelmente] não é verdadeiro.

(WYKSTRA e PERRINE, 2012, p. 392)

(P-CORE) Na situação cognitiva *S*, que fornece novas informações *E*, *E* é uma evidência alavancadora para a hipótese *H* somente se for verdade que: (*p-crucial*) a probabilidade condicional de *E* dado $\sim H$ [*e k*] – isto é, $\Pr(E | \sim H \ \& \ k)$ – está abaixo de 0,5.

Wykstra e Perrine além de proporem a interpretação probabilística de *crucial* a partir da observação de que às vezes os condicionais subjuntivos são corretamente entendidos como expressando as implicações de determinadas evidências sobre certa hipótese, também argumentam que essa formulação probabilística é sustentada pelo teorema de Bayes.

Até o momento, vimos que o caso da loteria é bem-sucedido para objetar que o CORE (e CAER), interpretados como C-CORE, implica em ceticismo indutivo. Os autores se empenharão para demonstrar que o *crucial* de CAER e CORE deve ser entendido probabilisticamente e interpretar CORE (e CAER) como P-CORE evita esses tipos de contraexemplos. E farão isso em dois passos. Nesses dois passos utilizarão o teorema de Bayes e o princípio de médias ponderadas como ferramenta para o cálculo de probabilidades no cenário da loteria.

No primeiro passo eles querem mostrar que “o próprio teorema de Bayes implica – em perfeita concordância com o P-CORE – que o *p-crucial* deve ser satisfeito para que *E* possa ser uma evidência alavancadora de *H*” (WYKSTRA e PERRINE, 2012, p. 392). No segundo passo, eles usarão “uma forma expandida do teorema de Bayes para mostrar que – e, mais importante, por que – o *p-crucial* é realmente verdadeiro no cenário da loteria de McBrayer, de modo que o P-CORE seja satisfeito nesse cenário” (WYKSTRA e PERRINE, 2012, p. 392).

Vejamos como P-CORE e o teorema da Bayes se aplicam ao cenário da loteria. Pegue o Teorema de Bayes. O Teorema de Bayes nos diz que a probabilidade da hipótese *H* quando a evidência *E* é adicionada à informação de base *k* é a seguinte:

$$\Pr(H | (E \ \& \ k)) = \Pr(H | k) * [(\Pr(E | (H \ \& \ k)) | (\Pr(E | k)))]$$

Wykstra e Perrine escrevem explicando o teorema:

Nesta aplicação, o teorema de Bayes nos diz que a “nova probabilidade” de uma hipótese – a saber, $\Pr(H | E \ \& \ k)$ – é igual à “antiga probabilidade” de *H* dado

somente k – a saber, $\Pr(H | k)$ – vezes uma fração especial [...] que chamaremos apenas de “Quociente”. Nele, o numerador $\Pr(E | H \& k)$ representa o quão provável, ou “expectável”, é a evidência E , no pressuposto de que a hipótese H (juntamente com nossa informação de base k) é verdadeira. O denominador $\Pr(E | k)$ representa a probabilidade da evidência E apenas no pressuposto do nosso conhecimento de base k . Vamos nos referir a eles como, respectivamente, a “expectabilidade hipotética” da nova evidência E (sua probabilidade assumindo que a hipótese é verdadeira) e a “expectabilidade de base” de E (sua probabilidade assumindo apenas a informação de base). (WYKSTRA e PERRINE, 2012, p. 393)

Abrevio os termos para a nossa aplicação do teorema de Bayes ao nosso cenário adaptado em primeira pessoa do cenário descrito por Wykstra e Perrine da seguinte maneira:

k = minhas informações de base. Entre essas informações de base está que eu comprei dois bilhetes provenientes de uma loteria justa, que o irmão Filipe roubou um dos dois bilhetes do sorteio e ele costuma confessar sinceramente e honestamente seus crimes em virtude do seu transtorno que o torna cleptomaníaco.

E : minha nova evidência que consiste na confissão de Filipe de que o bilhete que ele roubou foi o presbiteriano.

H_p = a hipótese de que o bilhete que eu possuo é um bilhete perdedor.

H_v = a hipótese de que o bilhete que eu possuo é um bilhete vencedor.

H_{vp} = a hipótese de que o bilhete que eu possuo é um bilhete vencedor do sorteio presbiteriano.

H_{vc} = a hipótese de que o bilhete que eu possuo é um bilhete vencedor do sorteio católico.

Podemos colocar o nosso Teorema de Bayes adaptado aos nossos termos conforme se segue:

$$\Pr(H_p | (E \& k)) = \Pr(H_p | k) * [(\Pr(E | (H_p \& k)) | (\Pr(E | k)))]$$

A partir de agora também utilizo as abreviações CAER, CORE e *crucial* para me referir às suas versões probabilísticas, exceto quando estiver explícito que me refiro às suas interpretações contrafactuais.

Passemos a análise do argumento que os autores oferecem a favor da ideia de que o Teorema de Bayes implica uma condição sobre evidências semelhante ao CORE probabilístico.

2.5. O Teorema de Bayes Implica no CORE Probabilístico?

O CORE diz que a nova evidência E , a informação proveniente da confissão do Filipe, é uma evidência alavancadora para H_p de que eu possuo um bilhete perdedor, somente se: se $\sim H_p$ fosse verdadeira, que não é verdade que eu possuo o bilhete perdedor, então E , a informação proveniente da confissão do Filipe, provavelmente seria diferente. Em termos probabilísticos, é necessário que a probabilidade de E , a informação proveniente da confissão do Filipe, dado $\sim H_p$ que não é verdade que eu possuo um bilhete perdedor, e as minhas informações de base k , isto é, $\Pr(E | \sim H_p \& k)$, seja baixa. Uma vez que $\sim H_p$ é o mesmo que H_v , é necessário que a probabilidade

de E dado H_v , que é verdade que eu possuo o bilhete vencedor, e as informações de base k , isto é, $\Pr(E | H_v \& k)$, seja baixo.

McBrayer, Wykstra e Perrine parecem concordar que E é uma evidência alavancadora de H_p . Já que a confissão de Filipe muda o meu estado doxástico inicial de não-crença quadrada, onde a $\Pr(H_p | k) = 0,5$, para a crença quadrada, onde $\Pr(H_p | E \& k) = 0,99$ ou superior. Pelo teorema de Bayes temos:

$$0,99 = 0,5 * [(\Pr(E | (H_p | k)) | (\Pr(E | k)))]$$

Wykstra e Perrine observam que o numerador do quociente, $\Pr(E | H_p \& k)$, é próximo de 1. De H_p , que eu tenho um bilhete perdedor, e de k , que inclui a informação de que o bilhete presbiteriano é o vencedor, que Filipe roubou o bilhete presbiteriano e costuma confessar seus crimes, resulta duas coisas: (i) se eu tenho um bilhete perdedor, eu tenho um bilhete católico e (ii) a confissão de Filipe dizendo que roubou o bilhete presbiteriano. A minha informação proveniente da confissão de Filipe é E. Então, $\Pr(E | H_p \& k)$ é 1. Agora temos pelo teorema de Bayes:

$$0,99 = 0,5 * [1 | (\Pr(E | k))]$$

O próximo passo é examinarmos o denominador $\Pr(E | k)$. Em nosso cenário atual, podemos determinar que o denominador do quociente, $\Pr(E | k)$, é aproximadamente 0,5. Sabemos que $\Pr(E | k)$ está em torno de 0,5 porque 0,99 ser igual a $0,5 * [1 | (\Pr(E | k))]$ exige que o denominador do quociente seja $1/1,98$, já que

$$1,98 = 1 | \Pr(E | k)$$

$$1,98 * \Pr(E | k) = 1$$

$$\Pr(E | k) = 1/1,98.$$

Logo, para que a confissão de Filipe seja uma evidência alavancadora para a hipótese de que eu possuo o bilhete perdedor é necessário que a probabilidade de ocorrer a confissão de Filipe de que ele roubou o bilhete presbiteriano seja de 0,5 dada apenas as informações de base.

Lembre-se que na explicação do teorema de Bayes, Wykstra e Perrine disseram que o denominador $\Pr(E | k)$ representa o quão provável, ou “expectável”, é a evidência E, dado apenas o nosso conhecimento de base k . A esses eles se referiram como “expectabilidade de base” de E (sua probabilidade assumindo apenas a informação de base). Ao passo que ao numerador eles se referiram como a “expectabilidade hipotética” da nova evidência E (sua probabilidade assumindo que a hipótese – neste caso H_p – é verdadeira).

Porém, como Wykstra e Perrine colocam:

esse contraste não deve nos induzir a pensar que $\Pr(E | k)$ é a probabilidade de E dada a hipótese de que H_p é falso. Em vez disso, o valor de $\Pr(E | k)$ é uma média da expectabilidade hipotética de E tanto dado H_p quanto dado H_v , onde esses valores são corrigidos por um “fator de ponderação” de quão prováveis, por eles mesmos, H_p e H_v são. Ou seja, o valor de $\Pr(E | k)$ em uma forma expandida é:

$$\Pr(E | k) = \Pr(E | H_p \& k) * \Pr(H_p | k) + \Pr(E | H_v \& k) * \Pr(H_v | k).$$

(WYKSTRA e PERRINE, 2012, pp. 394-395)

Com fins de esclarecimento, chamarei a “expectabilidade de base” de “probabilidade de base” e “expectabilidade hipotética” de “probabilidade hipotética”. De acordo com a fórmula proposta pelos autores para descobrirmos o valor da probabilidade de eu possuir a evidência que é a confissão de Filipe de que ele roubou o bilhete presbiteriano dada as minhas informações de base anteriormente especificadas, é necessário sabermos (i) a probabilidade de haver tal evidência dada a hipótese de que eu possuo o bilhete perdedor e as informações de base; (ii) a probabilidade de eu possuir o bilhete perdedor dada apenas as informações de base; (iii) a probabilidade de haver tal evidência dada a hipótese de que eu possuo o bilhete vencedor e as informações de base; e (iv) a probabilidade de eu possuir o bilhete perdedor dada apenas as informações de base.

Até agora temos duas dessas cinco probabilidades definidas pelo nosso exemplo. Sabemos que a probabilidade de eu ter o bilhete perdedor dada apenas as informações de base k é 0,5. Lembre-se, nessas informações de base k está que eu comprei dois bilhetes provenientes de uma loteria justa, que o irmão Filipe roubou um dos dois bilhetes do sorteio e ele costuma confessar sinceramente e honestamente seus crimes em virtude do seu transtorno que o torna cleptomaníaco. Assim, k não diminui e nem aumenta a probabilidade de eu ter o bilhete vencedor ou o bilhete perdedor. Estamos numa posição agnóstica em relação a qual bilhete eu tenho. Agora, na hipótese de que eu tenho o bilhete perdedor e Filipe costuma confessar seus crimes, Filipe certamente confessará que roubou o bilhete presbiteriano, que é o bilhete vencedor. Nesse caso, $\Pr(H_p | k)$ é 0,5 e que $\Pr(E | H_p \& k)$ – a probabilidade hipotética de E dado H_p – é 1. Pelo que temos:

$$\Pr(E | k) = 1 * 0,5 + \Pr(E | H_v \& k) * \Pr(H_v | k)$$

Ora, sabemos que “eu possuo o bilhete vencedor” é a negação de que “eu possuo o bilhete perdedor”. Pelo que, como dito, estamos numa posição agnóstica sobre qual bilhete eu possuo. Logo $\Pr(H_v | k)$ também é 0,5:

$$\Pr(E | k) = 1 * 0,5 + \Pr(E | H_v \& k) * 0,5$$

E a probabilidade de $\Pr(E | k)$ e $\Pr(E | H_v \& k)$? Em relação $\Pr(E | k)$, vimos que para que E seja uma evidência alavancadora, $\Pr(E | k)$ deve ser 0,5. A inserção dos valores que possuímos nos fornece:

$$0,5 \cong [1 * 0,5] + [\Pr(E | H_v \& k) * 0,5]$$

E em relação a $\Pr(E | H_v \& k)$? O que queremos saber é o quanto a probabilidade da minha evidência E dada a hipótese de que eu possuo o bilhete vencedor e as informações de base deve ser para que a minha evidência E seja uma evidência alavancadora. Em outras palavras, o quanto a probabilidade hipotética de E dado H_v e k deve ser para E ser uma evidência alavancadora. Podemos saber isso da seguinte maneira:

$$0,5 = [1 * 0,5] + [\Pr(E | H_v \& k) * 0,5]$$

$$0,5 = [0,5] + [\Pr(E | H_v \& k) * 0,5]$$

$$0,5 - 0,5 = \Pr(E | H_v \& k) * 0,5$$

$$\Pr(E | H_v \& k) * 0,5 = 0$$

$$\Pr(E | H_v \& k) = 0.$$

Portanto, Wykstra e Perrine (2012, p. 395) dizem acertadamente que “para E ser uma evidência alavancadora, a [...] [probabilidade] hipotética de E dado H_v deve ser muito baixa – quase zero, comparativamente falando”. Pelo que temos:

$$[\Pr (E | H_v \& k) \cong 0]$$

“Em outras palavras,” continuam Wykstra e Perrine (2012, p. 395), “uma aplicação do teorema de Bayes mostra que para E ser uma evidência alavancadora para H_p exige que a probabilidade condicional de E dado H_v (juntamente com nosso conhecimento de base) seja muito baixa – bem abaixo de 0,5”. Ou seja, o teorema de Bayes nos mostrou que para a informação proveniente da confissão de Filipe, que ele roubou o bilhete presbiteriano, ser uma evidência alavancadora para a hipótese de que eu possuo o bilhete perdedor é necessário que a probabilidade condicional da informação proveniente da confissão de Filipe dada a hipótese de que eu tenho o bilhete vencedor seja muito abaixo de 0,5. A partir disso, Wykstra e Perrine concluem:

Mas isso mais do que satisfaz a condição que o CORE exige! Pois a condição CORE diz que E é evidência alavancadora para H somente se, se H for falso, é *improvável* que alguém obtenha a informação E – em outras palavras, que a probabilidade condicional de E dado $\sim H$ está abaixo de 0,5. Esse resultado deve renovar nossa confiança de que o CORE [na sua versão probabilística] é fundamentalmente correto. Por usar apenas o teorema de Bayes, sem apelo ao CORE, mostramos que, nesse cenário de McBrayer, o teorema de Bayes implica a condição sobre as evidências alavancadoras impostas pelo CORE. Assim, uma abordagem bayesiana também determina que, a menos que essa condição do CORE seja satisfeita, E não pode ser evidência alavancadora de H_p (WYKSTRA e PERRINE, 2012, p. 395)

Em nosso cenário aprimorado da loteria, a minha nova evidência E que consiste na confissão de Filipe de que o bilhete que ele roubou foi o presbiteriano só pode ser uma evidência alavancadora para a hipótese de que eu tenho o bilhete perdedor, no caso de que se eu tiver o bilhete vencedor, é improvável que eu obtenha a informação E – deve ser improvável de tal modo que E dado $\sim H_p$ ou (H_v) esteja abaixo de 0,5. E isso é demonstrado pelo Teorema de Bayes independentemente do CORE.

Se os raciocínios de Wykstra e Perrine estão corretos, podemos concluir que se alguém rejeita o CORE, também deve rejeitar o Teorema de Bayes, uma vez que o Teorema de Bayes implica no CORE. Nesse aspecto, o CORE ganha uma forte razão para a sua plausibilidade: o Teorema de Bayes requer o mesmo que o CORE exige, a saber, para uma evidência E ser uma evidência alavancadora de uma hipótese H, deve ser o caso de que se H for falso, a probabilidade de E dado $\sim H$ seja abaixo de 0,5.

Antes de passarmos à próxima seção, devemos recapitular o caminho que fizemos até agora.

De acordo com CAER, a nossa ignorância acerca dos supostos bens que justificam a permissão divina de determinados males não fornece nenhuma razão para pensar que realmente não existam bens que justificam os males permitidos por Deus. No entanto, caso CAER seja falso, a nossa ignorância acerca de tais bens constitui uma evidência de que realmente não há bens decorrentes de determinados males. E uma vez que se Deus existe, existem bens que justificam os males, segue-se que Deus não existe.

McBrayer argumentou que o CAER é falso porque implica em ceticismo indutivo. Seu argumento baseia-se na experiência de pensamento da loteria. No entanto, Wykstra e Perrine apontam que McBrayer se baseia numa interpretação errônea do CAER e do seu princípio subjacente CORE. Tal interpretação errônea supõe que a cláusula subjuntiva *crucial* que está contida no CAER e no CORE deve ser entendida como expressando uma condicional contrafactual. E os autores dizem que *crucial* é melhor entendido como uma expressão de subjuntivos não contrafactuais ou, mais especificamente, como expressando as implicações de determinadas evidências a favor de uma certa hipótese.

Ao meu ver, Wykstra e Perrine argumentam com sucesso que a mesma condição que o Teorema de Bayes impõe sobre o cenário da loteria, conforme desenvolvido inicialmente por McBrayer e melhorado pelos autores, é a mesma que o CORE estabelece para a evidência relevante ser uma evidência alavancadora a favor de determinada hipótese.

Devemos lembrar também a objeção proposta pelo cenário melhorado da loteria. Nesse cenário, eu comprei dois bilhetes de duas loterias diferentes, a loteria da Igreja Presbiteriana e da Igreja Católica. A primeira é um sorteio de um bilhete, a segunda é um sorteio com um milhão de bilhetes. Certo dia, numa visita de alguns membros da igreja à minha casa, o irmão cleptomaníaco Filipe roubou um dos bilhetes que estavam na minha sala de estar. Dado o meu conhecimento do transtorno de Filipe, sei que Filipe roubou algum dos dois bilhetes, mas não sei qual deles e por isso assumo o agnosticismo acerca de qual bilhete eu possuo. Até que um dia Filipe se arrepende, confessa que roubou o bilhete presbiteriano e que o perdeu. Nesse caso, a confissão de Filipe é uma evidência extremamente confiável, dado as minhas informações de base, de que eu possuo o bilhete perdedor. Como resultado, essa evidência me levou do agnosticismo para a crença de que eu perderei, devendo ser considerada, portanto, uma evidência alavancadora. Interpretando o *crucial* de CAER e o CORE como expressando contrafactuais, a minha evidência não é uma evidência alavancadora, pois no mundo possível mais próximo onde eu tenho o bilhete vencedor da loteria de um milhão, a confissão de Filipe é exatamente a mesma. Uma vez que o CAER ou CORE, pelo *crucial*, exigem que se eu ganhasse na loteria, a minha nova informação cognitiva provavelmente seria diferente, a minha evidência indutiva falha em cumprir a exigência.

Agora, uma vez estabelecido que o CORE decorre do Teorema de Bayes, os autores vão tentar mostrar que os contraexemplos de McBrayer ao CORE e CAER probabilísticos falham.

2.6. A Evidência do Cenário da Loteria Satisfaz o CORE Probabilístico?

A questão que temos diante de nós é se, no cenário da loteria, a probabilidade condicional de Filipe confessar que roubou o bilhete presbiteriano para mim é baixa quando consideramos a hipótese de que eu possuo o bilhete perdedor e as informações de base anteriormente especificadas. Vimos pelo teorema de Bayes que para E ser uma evidência alavancadora para H_p é necessário que a probabilidade condicional de E dado $\sim H_p$ [ou H_v] e k seja menor que 0,5. E é exatamente isso que

o CORE probabilístico diz. Como vimos, o CORE afirma que na situação cognitiva S , que fornece novas informações E , E é uma evidência alavancadora para a hipótese H somente se for verdade que: (*p-crucial*) a probabilidade condicional de E dado $\sim H$ [e k] – isto é, $\Pr(E | \sim H \ \& \ k)$ – está abaixo de 0,5.

Portanto, queremos saber se a probabilidade condicional de E dado H_V e k é inferior a 0,5. Pois para que E possa ser uma evidência alavancadora, E dado H_V e k deve ser inferior a 0,5. De modo que $\Pr(E | H_V \ \& \ k)$ deve ser baixa.

Para sabermos se a probabilidade condicional de $\Pr(E | H_V \ \& \ k)$, isto é, a probabilidade condicional da informação da confissão de Filipe de que roubou o bilhete presbiteriano dado a minha posse do bilhete vencedor, é baixa, temos que reconhecer que eu posso ter o bilhete vencedor de duas maneiras: com o bilhete católico vencedor, que chamamos de H_{VC} , ou o bilhete presbiteriano vencedor, que denominamos de H_{VP} . De modo que a probabilidade de termos E , a confissão de Filipe, dado H_V (que possuo o bilhete vencedor) será uma média ponderada. Essa média ponderada “será a soma ponderada das [...] [probabilidades] hipotéticas de E em cada uma das maneiras pelas quais [...] [eu] posso possuir um bilhete premiado, cada um multiplicado por um ‘fator de ponderação’ correspondente à probabilidade dessa maneira de ter um bilhete vencedor” (WYKSTRA e PERRINE, 2012, p. 396). Wykstra e Perrine (2012, p. 396) colocam assim:

$$\Pr(E | H_V \ \& \ k) = [\Pr(E | H_{VP} \ \& \ k) * \Pr(H_{VP} | k)] + [\Pr(E | H_{VC} \ \& \ k) * \Pr(H_{VC} | k)] = [\text{Componentes 1}] + [\text{Componentes 2}]$$

Para que $\Pr(E | H_V \ \& \ k)$ seja muito baixa e, portanto, E seja uma evidência alavancadora, cada um dos componentes deve ser muito baixo também. Wykstra e Perrine acreditam que cada os componentes são muito baixos pelas seguintes razões. Em relação aos componentes do lado direito do sinal de mais, o primeiro fator é $\Pr(E | H_{VC} \ \& \ k)$. A probabilidade condicional da evidência, eles dizem, dada a hipótese de que eu tenho um bilhete católico vencedor é muito alta, na verdade 1 ou quase 1. Mas é ponderado pelo segundo fator, $\Pr(H_{VC} | k)$, que diz sobre a probabilidade de que eu tenho um bilhete católico vencedor dada a informação de base k , pois possuo um valor muito baixo. Vemos isso porque a probabilidade de eu ter um bilhete católico vencedor dado k , $\Pr(H_{VC} | k)$, é igual à probabilidade de eu ter um bilhete católico dado k , (lembre-se que demos 0,5) multiplicado pela probabilidade desse bilhete ser vencedor dado k (lembre-se que a chance é uma em um milhão, ou seja, 0,000001). O resultado do valor é 0,0000005, que é um em dois milhões. Portanto, concluem os autores, os componentes do lado direito do sinal de mais representam um valor extremamente baixo, uma vez que o primeiro fator é 1 e o segundo fator é um em dois milhões.

E quanto aos componentes do lado esquerdo do sinal de mais? Wykstra e Perrine argumentam que é muito baixo, mas por razões opostas às que levam os componentes do lado direito a representarem um valor muito baixo. O fator de ponderação é $\Pr(H_{VP} | k)$, que é a probabilidade de eu ter o bilhete presbiteriano vencedor dado apenas a informação de base k . $\Pr(H_{VP} | k)$ é igual à probabilidade de eu ter um bilhete presbiteriano (que é 0,5) multiplicado pela probabilidade desse bilhete ser vencedor dado k (que é 1 já que existe só um bilhete presbiteriano). Portanto, a probabilidade de eu ter um bilhete presbiteriano vencedor dado minhas informações de base é

0,5. Portanto, $\Pr(H_{vp} | k)$ é 0,5. Quanto a $\Pr(E | H_{vp} \& k)$, a probabilidade condicional de E dado a hipótese de que eu possuo um bilhete presbiteriano vencedor, implica que Filipe roubou e está na posse do bilhete católico. Mas, se de fato Filipe roubou e possui o bilhete católico, dado o nosso conhecimento prévio de que Filipe costuma confessar sinceramente e honestamente seus crimes em virtude do seu transtorno que o torna cleptomaniaco, a probabilidade condicional de ele mentir que tem o bilhete presbiteriano é extremamente baixa. Portanto, concluem os autores, os componentes do lado esquerdo do sinal de mais, que multiplica pelo fator de ponderação de 0,5, também são extremamente baixos.

Como $\Pr(E | H_v \& k)$ é a soma dos componentes 1 e dos componentes 2, o resultado é que a probabilidade condicional de E, a informação proveniente da confissão de Filipe, dado H_v e k , a hipótese de que eu tenho o bilhete vencedor e minhas informações de base, é muito baixa. E isso satisfaz a exigência da versão probabilística de CORE: Na situação cognitiva S , que fornece novas informações E , E é uma evidência alavancadora para a hipótese H somente se for verdade que: (*p-crucial*) a probabilidade condicional de E dado $\sim H$ – isto é, $\Pr(E | \sim H \& k)$ – está abaixo de 0,5. Portanto, E é uma evidência alavancadora para H_v e não é verdade que se CORE for verdadeiro, eu não teria evidências alavancadoras de que meu bilhete é um bilhete perdedor, caso eu o tivesse.

Logo, na interpretação da probabilidade condicional de CORE, é falso que as informações provenientes da confissão de Filipe não satisfaçam CORE, pelo que o argumento da loteria de McBrayer contra o CORE falha.

2.7. A Evidência do Cenário da Loteria Satisfaz o CAER Probabilístico?

Uma vez salvo o CORE da objeção de McBrayer de que ele implica em ceticismo indutivo, resta-nos o CAER. E “para que o internalista CAER se mantenha, o que importa não é se o *crucial* é verdadeiro [como no CORE], mas se é algo razoável para [eu] acreditar.” (p.397) O que se segue é o exemplo de Wykstra e Perrine adaptado à nossa história na primeira pessoa para demonstrar que o CAER é verdadeiro:

Vamos imaginar que estou ansiosamente me perguntando se eu deveria considerar o novo testemunho de Filipe uma evidência alavancadora e, assim, ser levado a acreditar de maneira lamentável, mas direta, que o meu bilhete é um perdedor. Suponha que eu me envolva no seguinte solilóquio:

Humm. O Filipe confessou ter roubado o bilhete presbiteriano? Bem, o que devo esperar, em relação ao testemunho de Filipe, se eu tiver um bilhete vencedor? Nesse caso, devo esperar que o testemunho de Filipe seja diferente do que é – ou seja, devo esperar que ele confessou ter roubado o bilhete católico? Ou devo, nesse caso, esperar que o testemunho de Filipe seja o mesmo – confessar que o bilhete que ele roubou é o bilhete presbiteriano?

É um pouco complicado descobrir retrospectivamente, porque, por acaso, eu já sei o que o meu irmão testemunhou. Então, vamos imaginar que não sei disso – que a confissão dele está em um envelope lacrado, que espero, com razão, que seja compulsivamente honesto como sempre, mas que ainda não o abri. E agora suponha que minha esposa acabou de ligar para mim e me disse que ganhei em uma das loterias, mas a ligação estava ruim e não ouvi qual. Então, depois de obter as informações de que tenho um bilhete premiado, quão esperado é, dada essa informação, que a carta de Filipe no envelope lacrado diga que o

bilhete que ele roubou é o bilhete presbiteriano?

Intuitivamente, é convincentemente claro que não é de todo provável: supondo que eu tenho um bilhete premiado, as chances são muito favoráveis a ele ter roubado – e de confessar em sua carta ter roubado – o bilhete católico (me deixando com o bilhete presbiteriano).

Mas por quê? Bem, não há dúvida de que existe uma maneira complexa de calcular isso usando a teoria da probabilidade, usando o teorema da probabilidade total, médias ponderadas e coisas do tipo. Mas vou deixar isso para os outros; eu não estudo essas coisas desde a faculdade. Eu apenas colocaria desta maneira. Antes de abrir a carta de Filipe, nas minhas informações de base, era 50/50 se eu tinha o bilhete presbiteriano ou o bilhete católico. Mas com as novas informações de que tenho um bilhete premiado, isso muda: minha posse do bilhete presbiteriano se torna muito mais provável do que minha posse do bilhete católico; e – conseqüentemente – torna-se muito mais provável que o bilhete roubado por Filipe, e confessado em sua carta, seja o bilhete católico, não o presbiteriano. Como as coisas realmente estão, é claro, ele confessou ter roubado o bilhete presbiteriano; mas se eu tivesse um bilhete premiado, seria extremamente provável que as coisas fossem diferentes – que sua confissão seria ter roubado o bilhete católico. (WYKSTRA e PERRINE, 2012, pp. 397-398)

Nesse exemplo, é razoável eu acreditar que, se eu tivesse um bilhete premiado, minhas evidências provavelmente seriam diferentes. A ligação da minha esposa constitui uma evidência alavancadora para eu acreditar que possuo o bilhete presbiteriano. Nesse caso, é extremamente provável que Filipe confesse que roubou o bilhete católico. CAER assegura que para a pessoa P na situação cognitiva S, P tem o direito de alegar que a nova evidência E é uma evidência alavancadora para H somente se for razoável que P acredite que se H fosse falso, E provavelmente seria diferente na situação. Portanto, eu estaria satisfazendo as exigências de CAER. É falso que “se o CAER for verdadeiro [...] eu não tenho o direito de reivindicar que meu bilhete é um bilhete perdedor com base no testemunho de Filipe” (WYKSTRA e PERRINE, 2012, p. 398). Portanto, mais uma vez o contraexemplo da loteria de McBrayer falha.

CONCLUSÃO

Temos três conclusões relevantes para o problema probatório do mal. Primeiro, o *crucial* de CAER e CORE não implica em ceticismo indutivo. Segundo, além da plausibilidade intuitiva de *crucial*, o fato de *crucial* se seguir do Teorema de Bayes confere uma alta plausibilidade ao CAER e CORE. Então o CAER ainda pode ser utilizado como um critério epistemológico para analisar o problema probatório do mal. Por fim, no nosso CAER reformulado, temos um bloqueio e escrutínio reformulado para submeter o argumento probatório. Rowe (1988 e 1996) emprega a declaração de que nada de bom que conhecemos justifica a permissão de Deus de determinados males horrendos. E isso constitui uma evidência que diminui a probabilidade da existência de Deus.

A questão que se coloca para quem pensa criticamente sobre o problema probatório do mal, de acordo com a condicional subjuntiva do CAER reformulado, é: alguém só tem o direito de afirmar que a seu desconhecimento dos bens que justificam a permissão de Deus de determinados males horrendos constitui uma evidência alavancadora para a hipótese de que Deus não existe somente se for razoável acreditar que a probabilidade

da sua ignorância acerca dos bens que justificam os males dado a existência de Deus e algumas informações de base relevantes está abaixo de 0,5.

A analogia dos pais proposta por Wykstra tenta demonstrar que é extremamente improvável que conheceríamos tais bens que procedem de males horrendos permitidos por Deus. Assim, a probabilidade de desconhecermos os bens divinos dada a existência de Deus e algumas informações de base relevantes está próximo de 1. Com a analogia dos pais, Wykstra argumenta que não é provável que saberíamos as razões que leva a Deus permitir tais males caso Deus existisse. Pois o nosso conhecimento comparado ao de Deus é análogo ao conhecimento de um filho de três meses de idade comparado ao dos seus pais. Na verdade, se Deus existisse, é exatamente a nossa ignorância de tais boas razões que deveríamos esperar. Logo, para Wykstra, o argumento de Rowe não satisfaz as exigências de CAER e CORE para que a sua evidência constitua uma evidência alavancadora contra a existência de Deus. As discussões frutíferas sobre o sucesso da analogia dos pais deverão considerar o critério estabelecido pelo CAER reformulado.

REFERÊNCIAS

- DRETSKE, F. Epistemic Operators. *Journal of Philosophy*, no. 67, pp.1007-1023, 1970.
- MCBRAYER, J. P. CORNEA and Inductive Evidence. *Faith and Philosophy*, no. 26, pp. 77–86, 2009.
- ROWE, W. The Evidential Argument from Evil: A Second Look. In: HOWARD-SNYDER D. (org.). *The Evidential Argument from Evil*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1996.
- STALNAKER, R. A Theory of Conditionals. In: JACKSON, F. (org.). *Conditionals*. Oxford: Oxford Press, 1991.
- WYKSTRA, S. CORNEA, Carnap, and Current Closure Befuddlement. *Faith and Philosophy*, no. 24, pp. 87-98, 2007.
- WYKSTRA, S; PERRINE, T. The Foundations of Skeptical Theism: CORNEA, CORE, and Conditional Probabilities. *Faith and Philosophy*, no. 29, pp. 375–99, 2012.

Recebido em: 06/Out/2020 - **Aceito em:** 26/Dez/2020.